

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Virginópolis | Poder Executivo

Lei nº 1989/2026

Estado de MG - quarta-feira, 27 de agosto de 2025

2026

SUMÁRIO

1. Lei nº 1989/2026

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Virginópolis | Poder Executivo

Lei nº 1989/2026

Estado de MG - quarta-feira, 27 de agosto de 2025

2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Prefeito

PUBLICADO NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS
LEI Nº 1989 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

EM 27 / 08 / 2026

ASSINATURA: Edelvoes J. da Silva
MATRÍCULA/IDENT: 0675

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Virginópolis, define fundamentos, princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de implementação, monitoramento, governança e financiamento, e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Virginópolis, como política pública permanente da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de assegurar o direito à alfabetização, ao letramento e ao letramento matemático, garantindo aprendizagens essenciais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A Política abrangerá ações iniciadas na Educação Infantil (com atenção às turmas de primeiro e segundo períodos), consolidadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, e estendidas aos estudantes de anos subsequentes e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando for o caso, que necessitem de recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO II
FUNDAMENTOS LEGAIS

Art. 2º. A Política observará, especialmente:

- I - a Constituição Federal;
- II - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
- III - o Plano Nacional de Educação, Lei Federal nº 15.388/2026;
- IV - o Plano Municipal de Educação de Virginópolis;
- V - a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais;
- VI - o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Pacto Mineiro pela Alfabetização;
- VII - a legislação sobre inclusão e educação especial; e
- VIII - demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

CAPÍTULO III
CONCEITOS

Art. 3º. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - alfabetização em Língua Portuguesa: processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, com desenvolvimento de leitura, escrita e produção textual autônoma;
- II - letramento: uso da leitura, escrita e oralidade nas práticas sociais;
- III - alfabetização matemática: aquisição de competências para interpretar e usar conhecimentos matemáticos em situações cotidianas;
- IV - recomposição das aprendizagens: estratégias pedagógicas destinadas à superação de defasagens;
- V - avaliação diagnóstica: processo contínuo para identificar potencialidades e necessidades de aprendizagem;
- VI - educação inclusiva: garantia de acesso, permanência e aprendizagem considerando especificidades dos estudantes.

CAPÍTULO IV
PRINCÍPIOS

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Virginópolis | Poder Executivo

Lei nº 1989/2026

Estado de MG - quarta-feira, 27 de agosto de 2025

2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete do Prefeito

Art. 4º. A Política fundamenta-se nos princípios de:

- I - garantia do direito à aprendizagem;
- II - equidade e inclusão;
- III - valorização da infância e continuidade entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- IV - formação continuada e valorização dos profissionais da educação;
- V - gestão democrática, transparência e participação social;
- VI - uso de práticas pedagógicas baseadas em evidências e monitoramento permanente;
- VII - respeito às diversidades socioculturais, linguísticas e às necessidades específicas dos estudantes.

CAPÍTULO V OBJETIVOS

Art. 5º. São objetivos:

- I - assegurar experiências significativas de oralidade, leitura, escrita e letramento desde a Educação Infantil;
- II - garantir a alfabetização de todos os estudantes até o fim do 2º ano do Ensino Fundamental;
- III - promover práticas pedagógicas fundamentadas em evidências e na BNCC;
- IV - fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
- V - implementar ações de recomposição das aprendizagens;
- VI - ampliar recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade;
- VII - articular famílias, comunidade e rede de proteção social;
- VIII - melhorar os indicadores de aprendizagem do município.

CAPÍTULO VI DIRETRIZES

Art. 6º. Constituem diretrizes:

- I - priorizar a alfabetização na idade adequada (até o final do 2º ano);
- II - articular Educação Infantil e Ensino Fundamental para assegurar continuidade das aprendizagens;
- III - utilizar avaliações diagnósticas e processuais para orientar intervenções;
- IV - ofertar formação continuada permanente e materiais pedagógicos;
- V - fortalecer a gestão escolar e a coordenação pedagógica;
- VI - promover programas e parcerias em regime de colaboração;
- VII - assegurar ações específicas para estudantes em situação de vulnerabilidade e com necessidades educacionais especiais.

CAPÍTULO VII ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 7º. A organização do trabalho pedagógico observará critérios técnico-pedagógicos de formação, experiência, participação em formação continuada e domínio de metodologias voltadas à alfabetização e ao letramento matemático.

Parágrafo único. Estudantes com defasagens poderão participar, de forma temporária, de estratégias de intervenção pedagógica, preservada a matrícula na turma de origem.

CAPÍTULO VIII PÚBLICO-ALVO E AGENTES RESPONSÁVEIS

Art. 8º. Constituem público-alvo:

- I - crianças da Educação Infantil (I e II Períodos);
- II - estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

Rua Félix Gomes, 290, Centro, Virginópolis/MG CEP: 39.730-000 Telefone: (33) 3416-1260 – E-mail: gabinete@virginopolis.mg.gov.br

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Virginópolis | Poder Executivo

Lei nº 1989/2026

Estado de MG - quarta-feira, 27 de agosto de 2025

2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete do Prefeito

- III - estudantes de anos subsequentes com defasagens no processo de alfabetização;
- IV - estudantes da EJA quando necessário.

Art. 9º. São agentes responsáveis:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - unidades escolares e suas equipes gestoras;
- III - coordenadores e orientadores pedagógicos;
- IV - professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- V - equipe técnico-pedagógica municipal;
- VI - Comitê Municipal de Governança da Alfabetização;
- VII - Conselho Municipal de Educação; e
- VIII - famílias e comunidade escolar.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a designar profissional de seus quadros para atuar como Articulador da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IX IMPLEMENTAÇÃO E INSTRUMENTOS

Art. 10. A Política será implementada por meio de programas, projetos e ações organizados no Plano Municipal de Ação para a Alfabetização – PMAA e no Plano de Trabalho Anual – PTA.

Art. 11. O PMAA será o instrumento estratégico de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, contendo, no mínimo:

- I - diagnóstico da rede;
- II - metas anuais e plurianuais;
- III - estratégias por eixo estruturante;
- IV - cronograma e responsabilidades institucionais;
- V - estimativa orçamentária;
- VI - mecanismos de monitoramento e avaliação;
- VII - plano de formação continuada;
- VIII - protocolos de intervenção pedagógica; e
- IX - mecanismos de transparência e participação social.

Art. 12. O PTA operacionalizará, anualmente, ações prioritárias do PMAA, contendo diagnóstico sintético, metas, cronograma, responsáveis, estratégias de monitoramento e previsão de uso de recursos.

CAPÍTULO X EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 13. A Política será estruturada pelos seguintes eixos:

- I - Gestão e Governança da Alfabetização;
- II - Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional;
- III - Práticas Pedagógicas, Acompanhamento e Avaliação da Aprendizagem;
- IV - Recomposição das Aprendizagens e Intervenção Pedagógica;
- V - Articulação com Famílias, Comunidade e Rede de Proteção Social;
- VI - Infraestrutura, Materiais Didáticos, Recursos Tecnológicos e Tecnologia Assistiva;
- VII - Sistematização e Compartilhamento de Práticas Pedagógicas Inspiradoras.

CAPÍTULO XI COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 14. Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, órgão

Rua Félix Gomes, 290, Centro, Virginópolis/MG CEP: 39.730-000 Telefone: (33) 3416-1260 – E-mail: gabinete@virginopolis.mg.gov.br

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Virginópolis | Poder Executivo

Lei nº 1989/2026

Estado de MG - quarta-feira, 27 de agosto de 2025

2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete do Prefeito

colegiado, consultivo, técnico e propositivo, com função de articular, acompanhar e monitorar a Política.

Art. 15. Compete ao Comitê:

- I - acompanhar execução do PMAA e do PTA;
- II - monitorar indicadores educacionais da rede;
- III - analisar resultados de avaliações e propor ajustes;
- IV - elaborar relatório anual;
- V - articular com setores públicos e privados e recomendar medidas de apoio às unidades escolares;
- VI - emitir recomendações técnicas e acompanhar execução de ações vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e pactos estaduais.

Art. 16. O Comitê deverá, minimamente, apresentar a seguinte composição:

- I – um (1) representante da Secretaria Municipal de Educação (coordenador);
- II – um (1) representante da equipe técnica da Secretaria;
- III – dois (2) representantes dos gestores das unidades escolares;
- IV – dois (2) representantes dos pedagogos da rede municipal;
- V – três (3) representantes dos professores alfabetizadores;
- V – um (1) representante do Conselho Municipal de Educação;
- VI – um (1) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb;
- VII – um (1) representante da assistência social e de outras áreas da administração municipal (em caráter facultativo);
- VIII – até três (3) convidados técnicos de universidades, institutos federais e organizações da sociedade civil (em caráter facultativo);
- IX – um (1) Vereador membro da Comissão Permanente de Educação, Ciência, Cultura, Saúde e Meio Ambiente.

§1º. A formalização da designação dos membros para um mandato de 2 anos, quórum deliberativo, periodicidade mínima de reuniões, procedimentos de convocações e substituições serão disciplinados em Portaria da Secretaria Municipal de Educação no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei.

§2º. O Comitê deverá promover, no mínimo, uma reunião pública anual para apresentação dos resultados e do relatório de acompanhamento.

CAPÍTULO XII FORMAÇÃO CONTINUADA E SUPORTE TÉCNICO

Art. 17. A Secretaria promoverá, inclusive por meio de parcerias institucionais, formação continuada permanente para professores da Educação Infantil, alfabetizadores dos anos iniciais, coordenadores, gestores e demais profissionais, fundamentada em evidências, BNCC e diagnósticos locais.

§1º. A formação deverá contemplar, entre outros temas: alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, letramento matemático, práticas inclusivas, avaliação e recomposição de aprendizagens, planejamento pedagógico e uso de dados.

§2º. A Secretaria constituirá equipe pedagógica responsável pelo acompanhamento das ações de formação e pela devolutiva técnica às unidades escolares.

CAPÍTULO XIII AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E BUSCA ATIVA

Art. 18. O monitoramento será contínuo, mediante avaliações diagnósticas, processuais, de fluência e sistêmicos, integrando resultados de avaliações internas e externas.

Rua Félix Gomes, 290, Centro, Virginópolis/MG CEP: 39.730-000 Telefone: (33) 3416-1260 – E-mail: gabinete@virginopolis.mg.gov.br

Diário Oficial do Município

Prefeitura Municipal de Virginópolis | Poder Executivo

Lei nº 1989/2026

Estado de MG - quarta-feira, 27 de agosto de 2025

2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete do Prefeito

Art. 19. As unidades escolares utilizarão os resultados para planejamento, intervenções tempestivas e recomposição das aprendizagens.

Art. 20. Fica instituída a estratégia municipal de busca ativa escolar para identificar e acompanhar estudantes em infrequência, evasão ou risco de abandono, em articulação com assistência social, saúde, Conselho Tutelar e outros órgãos.

Art. 21. A Secretaria poderá instituir instrumentos próprios de monitoramento e indicadores, observadas as normas de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO XIV TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 22. A Secretaria publicará, periodicamente, informações sobre a implementação da Política, observada a legislação de proteção de dados.

§1º. Serão divulgados boletins de acompanhamento, relatórios do Comitê, resumo executivo do PMAA/PTA e indicadores essenciais, resguardada a privacidade dos estudantes.

§2º. Será estimulada a participação das famílias e da comunidade nas ações de alfabetização.

CAPÍTULO XV FINANCIAMENTO

Art. 23. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e vinculadas da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser suplementadas com recursos da União, do Estado, do FUNDEB, de convênios, parcerias e programas específicos.

CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS E REGULAMENTAÇÃO

Art. 24. Compete à Secretaria Municipal de Educação, em articulação com o Comitê e o Conselho Municipal de Educação, elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o PMAA e o PTA.

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, mediante Decreto, estabelecendo prazos, instrumentos de monitoramento, cronograma do PMAA e PTA e demais normas de execução.

Art. 26. As parcerias e instrumentos de cooperação técnica poderão ser firmados com órgãos públicos, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e demais entidades, observada a legislação vigente.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Virginópolis, 27 de agosto de 2026.

JOSUE ARRUDA DOS SANTOS:04530206661

Assinado de forma digital por
JOSUE ARRUDA DOS
SANTOS:04530206661
Dados: 2026.08.27 10:32:01 -03'00'

JOSUÉ ARRUDA DOS SANTOS
Prefeito Municipal